

# MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS DO MÉDIO XINGU

*Volta Grande do Xingu, Amazônia brasileira — junho de 2026*

## CARTA ABERTA AO MUNDO

*Ao mundo, aos povos, às organizações de direitos humanos*

Somos as mulheres indígenas do Médio Xingu. Falamos dos povos Juruna (Yudjá), Arara, Xikrin, Xipaya, Curuaya e de tantos parentes que vivem às margens do rio Xingu, no coração da Amazônia, no estado do Pará, Brasil. Somos nós que cuidamos das crianças, dos alimentos, das águas e da vida que continua. Por isso somos as primeiras a sentir quando a vida está ameaçada. E hoje ela está.

Escrevemos esta carta porque já não nos calamos diante da empresa canadense **Belo Sun Mining Corp.**, que quer abrir na Volta Grande do Xingu o que seria a maior mina de ouro a céu aberto do Brasil — o chamado “Projeto Volta Grande”. Já vimos o que a destruição faz com o nosso rio. A barragem de Belo Monte secou a Volta Grande, matou peixes, adoeceu famílias e quebrou o ciclo das águas de que dependemos. Agora querem nos impor um segundo desastre, ainda maior.

### **Denunciamos as ações da Belo Sun contra os nossos povos:**

- **A mina é um projeto de morte.** O plano prevê escavar centenas de milhões de toneladas de terra, usar cianeto e erguer, a menos de dois quilômetros do rio Xingu, uma barragem de rejeitos tóxicos com dezenas de milhões de metros cúbicos de lama venenosa. Se essa barragem romper, como romperam Mariana e Brumadinho, será o fim do rio e dos povos que dele vivem.
- **Nunca houve consulta verdadeira.** A Convenção 169 da OIT, que o Brasil assinou, garante o nosso direito à consulta prévia, livre e informada. A empresa afirma que nos consultou. É mentira. Em dezembro de 2025, dez associações dos povos Juruna e Arara declararam, em assembleia, que aquela suposta consulta era inválida e encerraram qualquer conversa com a empresa. Povos como os Xikrin foram simplesmente apagados do processo, excluídos por um limite arbitrário desenhado para nos tornar invisíveis.
- **A empresa tenta nos dividir.** Depois que decidimos coletivamente dizer não, representantes da Belo Sun passaram a procurar lideranças isoladas, em reuniões fechadas, para tentar reverter a decisão do grupo. Isso viola o nosso modo de viver, em que o futuro do território se decide em conjunto, e não no ouvido de uma pessoa por vez.
- **A empresa usa medo e violência.** Já denunciamos a presença de segurança armada contratada pela mineradora e os processos e ameaças contra quem defende o rio e a floresta.
- **Resistimos pagando com o corpo.** Por mais de um mês ocupamos a sede da Funai em Altamira. Dormimos em barracas, tomamos banho no rio, e nossas crianças adoeceram de dengue, febre e infecções, algumas precisaram de hospital. Saímos de nossas aldeias — algumas viajaram centenas de quilômetros — porque, quando as mulheres deixam suas casas para gritar, é porque a ameaça à vida é urgente.

## **Criticamos o processo judicial conduzido pelo desembargador Flávio Jardim, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1):**

A licença de instalação da Belo Sun esteve suspensa pela Justiça por quase nove anos, justamente porque faltava a consulta aos povos indígenas e faltavam estudos sérios. Em fevereiro de 2026, **numa decisão individual (monocrática)**, o desembargador Flávio Jardim derrubou essa proteção e restabeleceu a licença, passando por cima das manifestações técnicas contrárias da própria Funai e das pendências apontadas pelo Ministério Público Federal.

Denunciamos ainda que, em vez de deixar a Turma do tribunal julgar os recursos, o relator **enviou o caso a uma audiência de conciliação que nenhuma das partes pediu**, sem suspender a sua decisão anterior. O próprio Ministério Público Federal acusou publicamente o magistrado de usar essa manobra para blindar uma decisão que o MPF classifica como “patentemente ilegal”, postergando o julgamento e ganhando tempo a favor da empresa. Não se concilia sobre uma consulta que nunca aconteceu. Não se negocia o nosso direito de existir.

Um tribunal que estampa em seu site o lema de “tribunal da sustentabilidade” não pode entregar o nosso rio a uma mina de ouro sem nos ouvir. A audiência marcada para junho de 2026 não pode ser usada para fabricar um acordo às nossas custas.

### **Por isso, exigimos:**

1. A **suspensão imediata** da licença de instalação e de qualquer obra da Belo Sun na Volta Grande do Xingu.
2. O **respeito ao nosso direito de consulta prévia, livre e informada**, conduzida segundo os nossos protocolos próprios e com todos os povos afetados, inclusive os Xikrin e os parentes que vivem fora das terras demarcadas.
3. O **fim das pressões, ameaças e tentativas de dividir** as nossas comunidades.
4. Que o licenciamento seja tratado com a seriedade técnica que a lei exige, avaliando os impactos somados de Belo Monte e da mina.
5. Que a Justiça **julgue o mérito**, e não empurre o nosso direito para manobras que só servem à empresa.

**Ao mundo:** pedimos que olhem para a Volta Grande do Xingu. Pedimos solidariedade dos povos, dos governos, das igrejas, dos cientistas, dos movimentos e dos organismos internacionais de direitos humanos. O ouro que querem tirar daqui vai para fora. A destruição fica conosco. Não vamos aceitar. **Belo Sun, fora da Volta Grande. O Xingu é vida, e nossa vida não está à venda.**

**Movimento de Mulheres Indígenas do Médio Xingu,**

**Volta Grande do Xingu, 24 de junho de 2026**

